

## Estudo de mitigação de gases de efeito estufa é tema de workshop

A Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), juntamente com a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), está organizando um workshop, no dia 3 de novembro, na sede da Abiquim, para que as empresas associadas e com instalações industriais localizadas no Estado de São Paulo conheçam os objetivos do estudo de mitigação de gases de efeito estufa para o segmento industrial químico e identificar as oportunidades de participação no mesmo.

O estudo, com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), visa apresentar contribuições para que o governo do Estado de São Paulo possa identificar oportunidades de redução da intensidade de carbono na indústria química paulista, sempre assegurando a sua competitividade e crescimento. Dessa forma, será possível articular estratégias para atendimento à Política Estadual de Mudanças Climáticas do Estado de São Paulo, identificar sinergias e oportunidades para ampliar o acesso a mecanismos de financiamento externo, incluindo mecanismos Carbon Finance como empréstimos e garantias para instalações industriais de baixo carbono no horizonte de 2030. Além disso, possibilitará também oferecer uma visão do volume de investimentos necessários e a demanda de financiamentos para a implementação do cenário de mitigação, apoiando a



priorização e a competitividade das ações de mitigação, e também calcular os custos marginais de mitigação para as tecnologias de redução de emissões oriundas do consumo de energia, dos processos químicos e da disposição de resíduos visando identificar o custo/benefício das medidas de mitigação.

**O evento será realizado das 14h às 16h30. As inscrições podem ser feitas com Obdulio Fanti pelo telefone (11) 2148-4720 ou pelo e-mail obdulio@abiquim.org.br**

## Abiquim renova acordo de cooperação com INPI

Diante dos bons resultados, a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) acaba de renovar o acordo de cooperação estratégica com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) para desenvolvimento de atividades conjuntas. O objetivo é promover um melhor entendimento sobre propriedade intelectual (PI) e sua integração com a execução da política industrial, principalmente por meio de ações de



fomento voltadas para as empresas brasileiras. “A inovação torna-se indispensável para o avanço tecnológico, econômico e social. É preciso aculturar nossas associadas para que a área comercial trabalhe em conjunto com o departamento de P&D e utilize estrategicamente a informação tecnológica contida em documentos de patente de forma a atender o mercado”, diz o presidente-executivo da Abiquim, Fernando Figueiredo.

Trata-se do primeiro acordo do INPI com uma associação empresarial. “As ações do INPI em cooperação com a Abiquim têm permitido difundir a cultura da Propriedade Industrial para o setor químico industrial brasileiro e têm dado os primeiros passos no mapeamento tecnológico do setor, com a realização de estudos setoriais dentro dos focos de interesse das

comissões da Abiquim”, diz Denise Gregory, diretora de Cooperação para o Desenvolvimento do INPI.

Nesse caminho, as duas principais linhas de trabalho envolvem a sensibilização das empresas associadas à Abiquim com relação a questões relacionadas à inovação e PI, além de um monitoramento tecnológico de mercado realizado pelas duas instituições.

Entre as iniciativas previstas pelo acordo está a realização de estudos e, quando

necessário, publicações para promover a maior integração das empresas brasileiras com a informação tecnológica em prol das novas demandas do mercado. “Isso porque a Abiquim considera essencial que a inovação ocorra dentro de um ambiente sustentável, de geração do conhecimento, de aumento do emprego de alta qualidade, de promoção da competitividade da indústria e, por conseguinte, da qualidade de vida da sociedade brasileira”, reitera Figueiredo.

Para as mais de 170 indústrias químicas de grande, médio e pequeno portes fabricantes de produtos químicos e prestadores de serviços ao setor, representadas pela Abiquim, é um caminho que se abre para ampliar a competitividade e o desenvolvimento sustentável da planta instalada no País.

## Setores preparam base para reativar coalizão para competitividade\*

Representantes de entidades de 21 setores da indústria de transformação já preparam as bases para recriar e reorganizar o que chamam de Coalizão Pro-Competitividade, lançada em meados do primeiro semestre para estabelecer um canal de diálogo com o governo federal, em uma busca de uma política mais efetiva para esse setor.

O principal objetivo desse grupo era mostrar, em um encontro com a presidente Dilma Rousseff, o nível crítico de dificuldades desse segmento, que tem um peso expressivo na economia do país. Não obteve sucesso, pois não conseguiu ser recebido pela presidenta. Teve apenas uma agenda com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, um “pit stop” para tentar chegar ao Planalto. O ministro foi afável e ouviu as reivindicações, mas dali nada avançou.

À frente dessa coalizão, encabeçada pela Abimaq, da indústria nacional de máquinas e equipamentos, estão entidades de peso. A siderurgia (Instituto Aço Brasil), química e petroquímica (Abiquim), alimentos (Abia), produtos eletroeletrônicos (Abinee), calçados (Abicalçados), bens de capital (Abdib), autopeças (Abipeças) e petróleo (Onip), entre outros. A Anfavea, das montadoras, evitou compor o bloco, pois tem negociado diretamente com o governo.

Em conjunto, o grupo representa 51% da receita líquida de toda a indústria da transformação brasileira, 57% do pessoal empregado e tem faturamento de cerca de R\$ 700 bilhões, informa o presidente da Abimaq, Carlos Pastoriza. Para ele, “o país vive um processo de desindustrialização cavalgar, o qual passa despercebido, pois as empresas não estão fechando as portas, mas, sim, transformando-se em importadoras”.

Marco Polo de Melo Lopes, presidente-executivo do Instituto Aço Brasil, que trabalha em conjunto com Pastoriza nesse movimento, enfatiza que são necessárias medidas emergenciais. “Que pelo menos nos permita reverter a balança negativa desse segmento industrial.”

O grupo vai aguardar passar o calor da campanha política, que acaba dia 26, para se reunir e sistematizar um documento com todos os pontos indicados pelas lideranças. Esse documento será levado ao candidato reeleito como um programa que considera primordial para assegurar competitividade à indústria no curto prazo. Passada a eleição, acredita-se que o grupo terá chance de obter um diálogo, o que não teve até agora.

Para o executivo da siderurgia, independentemente de qual seja o nome vencedor na eleição, existe uma prioridade absoluta, que é reconhecer o problema crítico da indústria de transformação, que é no Brasil. O objetivo da coalizão, acrescenta Pastoriza, é alertar as autoridades sobre medidas que defendam a toda a indústria, de forma horizontal. “Seremos um movimento apolítico e pragmático”, diz.

Segundo eles, a indústria saiu de um superávit de US\$ 120 bilhões, acumulado de 2002 a 2007, para um déficit na balança comercial de US\$ 130 bilhões, de 2008 a 2013. “É uma inversão brutal, que queríamos apresentar ao governo. Mas o que se verifica é que há uma negação em reconhecer tal situação”, afirmou Lopes.

O problema tende a se tornar mais crítico, aponta Pastoriza.

foto: Leo Reynolds/Creative Commons



**“Há dez anos, tínhamos um superávit anual de US\$ 40 bilhões. Estamos caminhando para um déficit de US\$ 110 bilhões. É uma variação de US\$ 150 bilhões que o país importa e deixa de exportar”.**

Dentre uma longa lista de prioridades, o executivo do Aço Brasil disse ao Valor que cinco pontos são cruciais, e requerem medidas emergenciais, para estancar a perda de competitividade sistêmica da indústria de transformação no curto prazo.

Primeiro, ajustar o câmbio a um patamar real. Aos níveis de R\$ 2,30 a R\$

2,40, considera-se que há uma desvantagem ainda alta, pois a desvalorização chega a 22% frente ao dólar. “Os países com quem competimos desvalorizam suas moedas artificialmente”, afirma Lopes. Rússia e China, por exemplo, têm uma desvalorização de 47% e 43% ante a moeda americana, diz. “Assim, fica difícil competir.”

A consequência é que isso levou a uma perda de capacidade tanto para competir com bens importados quanto na exportação de produtos fabricados aqui. “O governo tem de deixar claro se quer ou não ter uma base industrial forte no país”, afirma.

A cumulatividade dos impostos é outro ponto crítico, apontado pela coalizão, que indica a cobrança de impostos sobre os investimentos como mais um fator de perda de competitividade.

“O Brasil é um dos poucos países no mundo onde ainda se tributa investimentos”, diz o dirigente do Aço Brasil.

Colocar os juros em padrões internacionais é outro pleito. A avaliação é que o sistema brasileiro é perverso e prejudica as indústrias. No Brasil, afirma, o juro real vai de 12%, 14% a 15% ou mais, enquanto lá fora chega até a ser negativo.

Por fim, entre as medidas emergenciais, um tema é considerado de vital importância, não só pela indústria, mas por toda a atividade econômica: a modernização e ampliação da infraestrutura logística. Expressivos ganhos de competitividade são esperados de ações e investimentos para rodovias, ferrovias, portos e outros serviços ligados a esse setor. Lopes observa que a indústria de transformação no país, em razão da perda de competitividade, viu emagrecer sua participação no PIB, ano a ano, em pouco mais de duas décadas. Caiu de 25% para 13% ou menos que isso e que esse processo se acelerou de alguns anos para cá de forma abrupta.

O resultado, observa Lopes, é o aumento da primarização da pauta de exportação do país. “Há uma perda evidente na exportação de produtos com maior valor agregado, os manufaturados, e o aumento da fatia de grãos, minérios e outros bens sem ou de baixa agregação de valor.”

Pastoriza, da Abimaq, afirma que a indústria da transformação tem uma situação pior do que a de outros setores da economia, principalmente por ter impostos em cascata e grande concorrência dos importados. “Os setores extrativo e de construção civil, por exemplo, têm defesas naturais. Trabalham com produtos não importáveis, ou não têm incidência de impostos em cascata como temos.”

(\* ) Matéria publicada originalmente no jornal Valor Econômico, edição de 15 de outubro de 2014